

O presente número da *Trabalho, educação e saúde* chega aos leitores dez anos após o início da implantação da reforma do ensino médio e, por extensão, das mudanças que se operaram no ensino técnico no Brasil, a partir de 1997. Sem a pretensão de esgotar todo o processo histórico que envolveu a reforma mencionada, temos como proposta editorial, neste número, discutir tanto sua gênese quanto suas repercussões atuais.

O ensaio “Da escola única à educação fragmentada: o Congresso Nacional na reforma do ensino técnico”, de Jailson Alves dos Santos, discute a derrota histórica da concepção de escola única, que inspirou o projeto original da LDB, e sua substituição pela de educação fragmentada. Para acompanhar e analisar este processo, o autor se volta para a análise das forças políticas em confronto no Congresso Nacional – em sua aliança com o Poder Executivo – à época da regulamentação do ensino técnico através do decreto nº 2.208/97 e da conseqüente hegemonia do pensamento liberal-conservador no campo educacional. Na seção Debate, o texto intitulado “Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível?”, de Acacia Kuenzer, examina as categorias que regem hoje as políticas e a oferta de educação profissional, destacando os arranjos flexíveis de competências, a sustentação na legislação específica para a crescente privatização, e a fragmentação e precarização dos percursos formativos. A partir deste texto, Celso Ferretti, Gaudêncio Frigotto, Iracy Picanço e Marise Ramos contrapõem e desdobram outras questões, como as contradições entre uma real falta de trabalhadores qualificados e o êxodo para o mercado internacional dos qualificados; a importância de se apreender o movimento social concreto como espaço de enfrentamentos e cooptações, para além da formalização legal da implantação de programas; a continuidade da reforma no Governo Lula, no que tange ao ensino médio e à educação profissional de nível técnico; e os limites atuais para traçar um projeto de nação soberana vinculado à democratização da ciência e tecnologia.

Este número publica ainda outros textos que, embora não tenham como foco a análise histórica da reforma educacional mencionada, abordam questões relacionadas à mesma. O artigo de Anita Handfas, intitulado “A trajetória do GT Trabalho e Educação da Anped: alguns elementos de análise”, reconstitui a história de um dos principais espaços de difusão e produção da teoria marxista da pesquisa educacional, a partir de uma análise do período de redemocratização do país após o golpe militar de 1964 e do contexto político em que ocorreu tal difusão e produção, problematizando, por fim, os limites teóricos dos estudos sobre trabalho e educação com referência na teoria marxista. O artigo “Currículo e aprendizagens: o perfil das escolas técnicas do Sistema Único de Saúde em São Paulo”, de Paulo Henrique Monteiro, analisa a aprendizagem das dimensões conceitual, técnica, ética e política nestas instituições de ensino, a partir da análise

dos projetos político-pedagógicos e de material coletado em entrevistas. Suze Rosa Sant'Anna, no artigo "A influência das políticas de educação e saúde nos currículos dos cursos de educação profissional técnica de nível médio em enfermagem", discute o processo de reorganização dos cursos citados nos últimos dez anos, à luz do objetivo de formar trabalhadores capazes de contribuir para redirecionar a realidade de saúde do país. O relato "Iniciação à educação politécnica em saúde: uma proposta de formação de técnicos em saúde", de Ana Lucia Pontes e Angélica Fonseca, resgata uma experiência de construção de uma disciplina técnica comum a distintas habilitações profissionais no campo da saúde, desenvolvida na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz.

Ainda neste número, a revista publica o artigo de Rosita Saupe, intitulado "Construção de descritores para o processo de educação permanente em atenção básica", que busca, a partir de uma metodologia quantitativa, reunir elementos para contribuir para a implementação e consolidação de ambas as políticas. Aida Maris Peres, no artigo "Competências gerenciais do enfermeiro nas perspectivas de um curso de graduação de enfermagem e do mercado de trabalho", compara as competências gerenciais dos enfermeiros propugnadas nos projetos político-pedagógicos das instituições de formação com aquelas esperadas pelos gerentes responsáveis pela contratação desses profissionais. O artigo "A habilidade de comunicação com o paciente no processo de atenção farmacêutica", de Fabrício Possamai, identifica os fatores que interferem no processo de comunicação entre farmacêutico e paciente, entendendo tal processo como pedagógico e, portanto, central à Atenção Farmacêutica.

A revista publica ainda uma entrevista com o professor Miguel Márquez e duas resenhas, sobre os livros *Da nova LDB ao Fundeb*: por uma outra política educacional, por Hajime Nozaki e Jehu Serrado Junior; e *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*, por Márcia Barros da Silva.

*Jailson Alves dos Santos*

Editor convidado

*Carla Macedo Martins*

*Angélica Ferreira Fonseca*

*Isabel Brasil*

Coordenação editorial